

Atualidade econômica

No governo, divergência sobre waiver

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, admitiu, ontem, que o Brasil terá de solicitar **waiver** (perdão) ao Fundo Monetário Internacional se as estatísticas comprovarem que a meta do déficit público nominal estourou. Entretanto, o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, mesmo se dizendo "insatisfeito" com a expansão monetária e a inflação, afirmou que o País não precisará pedir **waiver** ao FMI, porque fechou o primeiro semestre dentro de todas as metas preestabelecidas, inclusive a do déficit público nominal. Se a medida for necessária, a missão do FMI que chegará ao Brasil no dia 13 de agosto irá ajudar na sua elaboração, pois já virá preparada para isso. Antes da missão virá a economista Ana Maria Jul, que chegou no

próximo dia 28 para examinar as estatísticas.

Galvêas mandou dizer aos jornalistas, por escrito, que, "conforme notas divulgadas pelo Banco Central, o Brasil cumpriu com folga os **performances criteries** acordados com o FMI na área externa (nível de endividamento, acúmulo de reservas). Também na área interna, foi cumprido o que se relaciona ao CIL (Crédito Interno Líquido)".

"Falta a apuração final do déficit do setor público. Pelos dados preliminares, tudo indica que foi cumprido, com folga, o déficit operacional. Mesmo que haja um pequeno desvio em relação ao déficit nominal, e se isso ocorrer, poderá ensejar pedido de **waiver** ao FMI. Se necessário, não apresentará maiores dificuldades, porque está devidamente explicado pela taxa de inflação no período", acrescenta a nota de Galvêas.

Um assessor do ministro da Fa-

zenda esclareceu que o **waiver** só não é automático porque o **board** do FMI precisa dar a aprovação formal. O déficit público nominal contabiliza as correções monetária e cambial e a meta acertada até setembro, que não pode passar de Cr\$ 23,5 trilhões. O déficit real, por sua vez, não deve passar de Cr\$ 900 bilhões.

"LUTADOR DE SUMÔ"

"A inflação é um lutador de sumô melhor que eu", afirmou ontem o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, ao destacar que para fazer cair a evolução dos preços o governo ainda precisa melhorar a política econômica.

Segundo o presidente do Banco Central, o desvio na expansão monetária cria problemas internos no combate à inflação, mas não prejudica o ajuste estabelecido pelo FMI. Disse ainda que o controle dos gas-

tos do governo e o comportamento do balanço de pagamentos descartam a hipótese de dificuldades nas negociações com a missão do FMI que virá ao Brasil no início do próximo mês.

Somente dentro de 15 dias o Banco Central terá os números finais do déficit público. Mas os dados já disponíveis revelam, de acordo com análise do próprio Banco Central e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a certeza de que o País fechará o semestre com superávit no déficit público operacional, em valores reais, e a possibilidade de conter o déficit nominal dentro das metas do FMI.

Pastore informou que o superávit fiscal de Cr\$ 770 bilhões em junho reduziu a ameaça de desvio na meta do déficit público nominal, como reflexo de contenção dos gastos na administração central e nas estatais. "Eventual desvio será muito peque-

no e perfeitamente enquadrado nos limites de tolerância do FMI. O mais provável, porém, é que fique dentro da meta. Os excessos nas despesas dos Estados e municípios têm sido compensados pelo governo federal", acrescentou.

"SOPRO" DE RECUPERAÇÃO

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, disse, ontem, que o crescimento da produção industrial de 5%, "até agora", garante evolução positiva do Produto Interno Bruto (PIB), este ano. Embora "pequeno", Pastore afirmou que haverá crescimento econômico, "um sopro de recuperação". Ressaltou que a recuperação do setor produtivo, com base nos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), tem sido "bem melhor que o esperado".